



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----ATA-----

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de trinta de setembro dois mil e vinte. -----

-----Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Pavilhão Gimnodesportivo do Vade, situado na avenida da Portela do Vade – Atães, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão ordinária de vinte e sete de junho de dois mil e vinte; -----

-----2.- Correspondência – Consideração e análise; -----

-----3.- Período de antes da ordem do dia; -----

-----4.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: -----

-----4.1. - Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere à abertura do procedimento de candidatura à Linha BEI, tendente à contratação de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1 e 13, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de três de setembro, na sua redação atual, para aplicação em investimentos, no montante de 2.986.672,32€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal (elegível e não elegível). -----

-----Ponto 5. - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; -----

-----Ponto 6.- Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; -----

-----Ponto 7.- Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Estiveram presentes na reunião sessenta e um membros. -----

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. -----

-----Face aos pedidos de ausência por um período inferior a trinta dias formulado pelos cidadãos eleitos Deolinda Fernanda Nogueira Cerqueira, Maria da Conceição Ferreira da Silva Alves e André Manuel Godinho Carvalho, foram empossados, em sua substituição, os cidadãos António Pires Martins, João Pedro Araújo da Silva e Cecília Barros Cerqueira, respetivamente. -----

-----O Plenário relevou, por unanimidade, as seguintes faltas a esta mesma sessão: Mário Nogueira, Sérgio Sales de Almeida, da CDU; Carlos Cerqueira Ferraz, Presidente da Junta da União de Freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide, que se fez representar por Marlene Meneses Barbosa Bernardes, Secretária da mesma autarquia, e Pedro Mota Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Gatim. -----

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão ordinária de vinte e sete de junho de dois mil e vinte foi aprovada por maioria, com cinquenta e oito votos a favor, zero votos contra e três abstenções. -----

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que rececionou os documentos que se passa a elencar: um dossiê contendo as comunicações da DGAL para as eleições da CCDR-N, versando a definição de colégio eleitoral para efeitos de eleição do Presidente para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o qual ia ficar à disposição de todos para consulta, nos serviços de apoio à Assembleia Municipal; um exemplar da Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais (número catorze); respostas à moção da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

bancada do PSD relativa à requalificação urgente das estradas nacionais (EN) números 201 e 205, do Gabinete do Primeiro Ministro, da Infraestruturas de Portugal, do Grupo Parlamentar do PCP e do Grupo Parlamentar “Os Verdes”; informação acerca das propostas apresentadas pela Câmara Municipal nas reuniões do Executivo Municipal, relacionadas com a isenção ou redução de taxas municipais a aplicar excecionalmente no âmbito da pandemia da doença Covid-19; email endereçado por Carla Luís - CES – de divulgação do curso Eleições e Freguesias e da existência de formações personalizadas em função da instituição, assim como de próximos eventos VoteDHR; email de divulgação dos prémios ANAM 2020. -----

-----No ponto 3 - período de antes da ordem do dia -, Aires Fumega, do PS, considerou que um dos pilares da democracia era a transparência, talvez o mais importante, a par da participação cívica e política de proximidade à população. Tudo o que se pudesse fazer para melhorar e reforçar estes pilares era importante, porque, assim, conseguia-se manter o sistema democrático que, conforme dizia Winston Churchill, era o pior regime, à exceção de todos os outros. A bem destes pilares, a Assembleia da República e um grande número de câmaras municipais haviam implementado a transmissão em direto, em vídeo, em sinal aberto de televisão ou pela internet, de todas as sessões da assembleia. Câmaras vizinhas como Braga, Amares, Terras de Bouro, Guimarães, entre outras, transmitiam as suas assembleias municipais e reuniões de câmara. Como se sabia, todas estas sessões eram públicas. Urgia que, em Vila Verde, se fizesse o mesmo. Era uma medida que melhorava a qualidade do debate e reduzia a contrainformação. Nada como ver toda a sessão em vez de ficar pelos resumos da comunicação social. Esta medida encaixava também na situação de pandemia, pois, quanto mais se fosse ao encontro das pessoas, menos as sujeitavam ao perigo de contaminação. Os meios eram incomparavelmente mais baratos do que há poucos anos, não podendo isso servir como impedimento. Assim, os membros do Partido Socialista propunham que se votasse, em Assembleia, a transmissão direta, em vídeo, pela internet, de todas as sessões da Assembleia Municipal e reuniões de Câmara Municipal. -----

-----O Presidente da Mesa considerou que se estava perante uma recomendação e sustentou que a mesma deveria ser discutida, em primeira linha, em sede de Comissão Permanente; tratando-se de um tema que merecia apreciação e enquadramento no âmbito do Regimento e não lhe parecendo que a apresentação feita, na qualidade de moção, fosse enquadrável do ponto vista regimental. Assim, seria de convolar o texto numa recomendação e o mesmo ficava em apreciação, com a promessa de que era um tema cuja discussão ia ser iniciada de uma forma muito séria, até porque se arriscava, do ponto de vista da distribuição das bancadas, a ter a moção não aprovada, quando se tratava de um tema com alguma importância e relevância prática. Mais referiu que, se os deputados do PS fizessem questão que colocasse a moção à consideração, fá-lo-ia, mas, desta forma, sujeitar-se-iam ao escrutínio deste órgão deliberativo. -----

-----Samuel Estrada, do PS, sublinhou que, sem prejuízo do respeito que tinha pela Mesa e pelas suas funções, não poderia aceitar interferências da mesma naquilo que eram as decisões da bancada do PS. O PS geria, em função do Regimento, aquilo que achava politicamente mais oportuno e entendia que devia apresentar uma proposta ou moção para ser votada e, consequentemente, deliberada neste dia. -----

-----O Presidente da Mesa reiterou o entendimento de que um tema desta abrangência devia ser debatido em clara salvaguarda e respeito pelos princípios do Regimento, mas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

se o PS insistia na votação, a mesma ia ter lugar e sujeitavam-se à apreciação possível, neste momento. -----

-----Pedro Gonçalves, do PS, apresentou dois votos de pesar e um voto de louvor. Apresentou um voto de pesar pelo falecimento do professor Quirino de Sousa Rosas, um cidadão exemplar, um profissional competente e um defensor entusiasta da sua terra. Enquanto cidadão ativo e empenhado, havia pautado sempre a sua atuação pela frontalidade e retidão, nos mais variados temas que abraçava e pelos quais lutava, manifestando publicamente a sua vincada opinião, refinada pela sagacidade, inteligência e humor tão caraterísticos. Na sua terra, a Vila de Prado, tinha-se destacado enquanto dirigente do Grupo Desportivo de Prado, envolvera-se apaixonadamente na vida associativa, cultural e recreativa daquela freguesia que tanto amava. Havia também sido um brilhante professor, recordado até aos dias de hoje por todos os alunos que pelas suas mãos tinham passado, para além de reputado e carismático delegado escolar, funções que havia desempenhado com elevada competência. Deixara condigna descendência no que tinha já o amor e dedicação a Vila Verde bem representada nesta Assembleia e em diversos órgãos municipais. Nobre munícipe dedicado à família e aos amigos, todos o recordariam como um Homem bom e um cidadão exemplar. Pelo seu percurso e exemplo de vida, a bancada do PS propôs que a Assembleia Municipal deliberasse aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do Professor Quirino Rosas, guardando um minuto de silêncio pela sua memória; manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto de pesar. O mesmo orador apresentou um segundo voto de pesar pelo falecimento do Senhor António Oliveira Aparício, no sentido de lembrar e homenagear um homem bom, um cidadão justo e um Pradense e Vilaverdense que amava a sua terra e, como poucos, a representava e promovia em Portugal e no estrangeiro. Sempre havia colocado em primeiro lugar a sua família e os seus inúmeros amigos, não se esquecendo dos Vilaverdenses e para eles tinha trabalhado em várias coletividades do concelho, em especial da Vila de Prado, onde fundara o Centro de Convívio e Cultura, pertencendo aos órgãos sociais do Grupo Desportivo de Prado e da Casa do Povo da Vila de Prado, à qual presidira por vários anos, deixando uma obra por todos reconhecida e elogiada. Na sua relação com a sociedade Pradense, apresentava-se sempre como um Pradense dos quatro costados e nunca virava a cara a um pedido de apoio de qualquer das suas instituições. Juntamente com o seu saudoso pai e o seu irmão, havia sido um empreendedor que em muito contribuíra para o desenvolvimento do concelho, designadamente com a criação de muitos postos de trabalho. Também se tinha destacado na área política como fundador do PSD, em Vila Verde, e na disponibilidade que sempre tivera para ajudar na implementação da democracia que começava a florir em Portugal, assim como para que, nesses tempos difíceis, se instalasse na sua terra um saudável e democrático convívio entre todas as forças políticas. Pelo seu percurso de vida e exemplo propunha-se que a Assembleia Municipal deliberasse aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento de António Oliveira Aparício, guardando um minuto de silêncio pela sua memória; manifestar à sua família as mais sentidas condolências e transmitindo o teor deste voto de pesar. Pedro Gonçalves apresentou ainda uma proposta de voto de louvor à Corporação dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, na qual plasmou que, uma vez mais, o concelho de Vila Verde, este Verão, havia sido atingido por múltiplos incêndios florestais que tinham feito de Vila Verde o centro das atenções nacionais, atenta a quantidade, violência e velocidade com que os mesmos se haviam propagado. Perante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

aquele cenário desolador, tinham sido inesgotáveis o empenho e a energia de toda a Corporação de Bombeiros Voluntários de Vila Verde que, em face da ocorrência simultânea e territorialmente díspar dos focos de incêndio, a todos acorrera para bravamente os combater e extinguir. Este destemido trabalho havia sido brilhantemente coadjuvado pelas incansáveis e voluntariosas gentes do concelho, que tudo tinham feito para proteger as terras, as casas e os desamparados a braços com esta tragédia. A todos se impunha manifestar o orgulho e o reconhecimento desta casa que também era deles. Assim, propunha que a Assembleia Municipal deliberasse aprovar o presente voto de louvor à Corporação de Bombeiros Voluntários de Vila Verde e transmiti-lo à mesma, em conformidade. -----

-----Samuel Estrada, em interpelação à Mesa, referiu que, na penúltima reunião desta Assembleia, havia feito chegar ao Presidente da Mesa um documento com um conjunto de perguntas e solicitando à Mesa que intercedesse junto do Executivo para obter respostas às mesmas. Volvidos vários meses, ainda não tinha respostas, o que o levou a admitir que a sua bancada já havia perdido esperança de receber respostas por parte do Presidente da Câmara, mas mantinha viva a esperança de que o Presidente da Mesa os acudisse neste capítulo. O direito de informação era fundamental para o exercício da oposição e para o escrutínio que esta Casa pretendia fazer, razão pela qual solicitava ao Presidente da Mesa que lhes desse conta do estado desse pedido. -----

-----Vera Morgado, do PSD, considerou que não lhe bastava exercer o voto positivo relativamente aos votos de pesar e de louvor apresentados por Pedro Feio, assistindo-lhe ainda a obrigação e a necessidade de os reiterar, nomeadamente por ter tido a honra de ter sido amiga pessoal do Sr. António Aparício, e de convir que o voto de pesar deveria ser endereçado à sua família e particularmente à esposa, às filhas e ao filho. -----

-----O Presidente da Mesa comunicou que ia interromper a sessão, por breves minutos, para convocar e realizar uma conferência de líderes para colocar uma questão que se lhe afigurava pertinente analisar. Seguidamente, o Presidente da Mesa esclareceu que a questão se prendia com a moção apresentada pela bancada do PS sob a epígrafe “transmissão de vídeo, em direto, das Assembleias Municipais e das reuniões de Câmara”. O Presidente da Mesa conveyo que o tema em apreço era de apreciação positiva para todos, sendo natural, nos tempos correntes, colocar à discussão a transmissão das sessões da Assembleia Municipal, por distintas formas, tratava-se, contudo, de um assunto que tinha que ser devidamente ponderado do ponto de vista do enquadramento regimental, jurídico e técnico, porquanto se estava a falar de enquadramento prévio de RPGD, no seio da Assembleia Municipal, de possível violação de direitos fundamentais, carecendo, por conseguinte, da devida e prévia autorização de todos os membros do Plenário, emergindo uma série de questões do ponto de vista legal que tinham que ser ali debatidas e enquadradas no Regimento do órgão. Assim, o Presidente da Mesa voltou a propor à bancada do PS que a Moção fosse convalidada, por vontade própria da mesma, numa proposta a ser apreciada, ainda que se revelasse necessário nomear uma comissão para a o efeito. Impunha-se, pois, a realização de um estudo para alteração do referido Regimento. Em caso negativo, o Presidente da Mesa ia colocar a moção à votação.-----

-----Samuel Estrada interveio para afirmar que o Presidente da Mesa tinha funções claras, delimitadas no artigo sexto, não sendo um membro qualquer; dirigia os trabalhos e não podia opinar sobre as moções. Se a moção estava enquadrada no Regimento, o Presidente da Mesa não podia fazer campanha pró ou contra. A divulgação das sessões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

da Assembleia Municipal, pela via informática, era hoje praticada em quase todo o território, não colidindo com qualquer diploma legal, porquanto as Assembleias eram públicas e a divulgação apenas servia para densificar a publicidade que já estava, naturalmente, consagrada nas sessões deste órgão, podendo apenas emergir como obstáculo a vontade desta Assembleia. -----

-----O Presidente da Mesa referiu que conhecia perfeitamente as suas atribuições e que estava a fazê-lo ao abrigo daquilo que o Regimento lhe permitia, nomeadamente a alínea e) do artigo seis, que dizia que tinha que assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações, tendo precisamente colocado à apreciação do Plenário o enquadramento que permitisse assegurar o cumprimento da Lei e, por conseguinte, a regularidade da deliberação, sem que houvesse emitido qualquer opinião nem tão-pouco feito campanha política. -----

-----Esta moção da bancada do PS foi rejeitada com trinta e seis votos contra, três abstenções e dezasseis votos a favor. -----

-----O Presidente da Mesa considerou que a questão em apreço, na mesma moção, era pertinente, mas, do ponto de vista prático, não tinha que ser aqui colocada desta forma. A decisão estava tomada, sem prejuízo de, num outro circunstancialismo, ser apreciada neste Plenário. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Loureira, em declaração de voto, esclareceu que não era contra a transmissão das sessões, mas, para tudo, devia haver um planeamento, sendo que, na conferência de líderes, manifestara a sua posição no sentido de que, na próxima reunião da Comissão Permanente, fosse analisada e ponderada a situação e, na próxima sessão do Plenário, era trazida a votação uma moção devidamente enquadrada. Aduziu que ia levar este assunto à próxima reunião da Comissão Permanente e propô-lo para discussão, além de que a moção se referia a transmissões da Assembleia e da Câmara Municipal, não sabendo até que ponto o Plenário poderia impor a transmissão das reuniões do Executivo Municipal.-----

-----O Presidente da Mesa sustentou que se revelava importante, do ponto de vista jurídico, esta referência à transmissão das reuniões de Câmara, um assunto que não dizia respeito ao Plenário. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Cervães, também em declaração de voto, referiu que a sua abstenção se prendia com o facto de, há cerca de duas ou três semanas, ter recebido a Lei n.º 28/2020, alteração à Lei n.º 1 -A/2020, na qual se fazia referência à gravação das Assembleias e a sua publicação no sítio da internet, não tendo ficado esclarecido acerca da obrigatoriedade, ou não, da mesma publicação. -----

-----Cláudia Pereira, do CDS-PP, em declaração de voto, referiu que a sua bancada havia votado contra, pois, apesar de concordar que, para haver transparência, as sessões da Assembleia Municipal tinham que ser transmitidas, tinham que ser criadas regras, porquanto havia muitas coisas em causa, nomeadamente as questões atinentes à imagem, e tudo devia ser planeado e pensado, pois podia estar ali mas não pretender que a sua imagem fosse transmitida. Era, assim, importante refletir sobre este assunto. -----

-----Carlos Correia, do PSD, igualmente em declaração de voto, para justificar a sua abstenção, esclareceu que concordava com a transmissão, mas perfilhava também do ponto de vista do Presidente da Mesa. Havia uma questão, que era tocada na proposta, que não se lhe afigurava correta e que se prendia com a deliberação relativamente às transmissões das reuniões do Executivo Municipal. Não obstante, parecia-lhe pertinente, nos dias de hoje, que as sessões do Plenário fossem transmitidas, para que as pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

acompanhassem os trabalhos, mas revelava-se necessário fazer o planeamento e analisar o assunto para se chegar a algum acordo, pois a transmissão, no futuro, faria sentido. --

-----Pedro Gonçalves, em declaração de voto, referiu que este assunto já havia sido discutido em sede de Comissão Permanente, com o Presidente da Mesa, altura em que transmitira a sua posição, do ponto de vista jurídico, no sentido de que, à época, nada impedia que as sessões da Assembleia Municipal e as reuniões de Câmara fossem publicitadas pela internet, pelos meios próprios, opinião que fora fundamentada, tendo também sido dado o exemplo de outras câmaras municipais que o faziam. Entretanto, saíra a Lei n.º 28/2020, de vinte e oito de julho, cujo objeto, naquilo que a este assunto concernia, foi lido pelo mesmo orador, de forma abreviada, nomeadamente a parte em que se podia ler que se deve assegurar a publicidade da reunião através da gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia e ainda da sua transmissão em direto. -----

-----O Presidente revelou que conhecia perfeitamente a Lei e que a mesma tinha um enquadramento dentro do quadro da pandemia e devia ser interpretada nesse contexto, devendo-se ler o preâmbulo e todos os aspetos até ao fim da mesma e não ser vista apenas da forma como a mesma havia sido apresentada por Pedro Gonçalves. Importava ficar claro que Vila Verde não era uma ditadura e tinha um órgão deliberativo que se interessava pelos interesses dos munícipes. Reiterou que este tema devia ser apreciado, discutido e enquadrado com regras, contenção e disciplina e era isto que Vila Verde ia fazer. -----

-----Paulo Gomes, do CDS-PP, interveio para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Nuno Lago Fernandes, natural da Vila de Prado, que tinha sido um apaixonado pela cultura e pelo desporto Vilaverdense, atleta do Grupo Desportivo de Prado, sócio número um do Clube Náutico de Prado, clube que representava Vila Verde ao mais alto nível. Na reunião do Executivo de sete de setembro havia já sido aprovado um voto de pesar pelo falecimento deste Pradense.-----

-----Os votos de pesar pelo falecimento dos cidadãos Quirino de Sousa Rosas, António José Rodrigues Oliveira e Alfredo Nuno Lago Fernandes foram aprovados por unanimidade. O Plenário prestou um minuto de silêncio em memória destes três cidadãos falecidos. O voto de louvor à Corporação dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde foi também aprovado por unanimidade. -----

-----No ponto 4.1., o Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o empréstimo em apreço se destinava a ajudar a financiar a componente nacional de obras financiadas por fundos comunitários. Conforme resultava do respetivo documento, neste processo estava incluída apenas uma parte das obras já aprovadas, outras em vias de aprovação e outras ainda já em execução, num total de dezasseis operações em curso ou prestes a terem lugar. Este era um mecanismo que o Banco Europeu do Investimento, com o contributo também do Governo, havia criado para apoiar os municípios. Este financiamento era vantajoso do ponto de vista das taxas de juros e em matéria de processo administrativo que incorporava o investimento. A proposta contemplava uma participação de dois milhões novecentos e oitenta e seis mil euros, isto é, um montante até este valor. Algumas das obras já tinham uma distinta taxa de cofinanciamento, tendo passado de sessenta ou setenta para oitenta e cinco por cento. Apenas uma parte deste investimento ia ser utilizado. Poderia ainda acontecer que as obras ficassem com um valor abaixo da candidatura, no processo de concurso, apenas sendo financiado o montante necessário para atingir a componente nacional. O Edil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

lembrou que, há cerca de um ano, a Assembleia Municipal havia autorizado um empréstimo de três milhões de euros, ainda não sabia qual o montante utilizado, porque havia ainda obras a decorrer, assim como alterações no processo de concurso e nas taxas de participação, mas antevia que, no final, a utilização pouco passaria dos dois milhões de euros. Tratava-se de ganhar liquidez para a realização das obras, constando no documento em análise apenas dezasseis obras, entre muitas outras, o que espelhava a dinâmica do Município na apresentação e na aprovação de candidaturas a fundos comunitários, não desperdiçando oportunidades que eram essenciais para todo o concelho. -----

-----Carlos Araújo, do PS, considerou que a postura da sua bancada se tinha pautado pela reclamação de obras que melhorassem a qualidade de vida dos Vilaverdenses. Assumiam a função de escrutínio para a qual haviam sido eleitos, mas também a responsabilidade. Com base nos dados elencados, estavam reunidas as condições para a abertura da linha de crédito destinada a este financiamento, tratando-se, conforme declaração do Presidente da Câmara, de uma medida de flexibilização bem criada pelo Governo para apoiar os municípios. Era verdade que a alteração das regras de acesso à linha BEI dava a possibilidade de incluir obras já iniciadas e cabimentadas orçamentalmente, mas algumas destas obras haviam já sido adjudicadas e iniciadas em dois mil e dezoito, com prazos de execução largamente ultrapassados, sem uma justificação plausível para os atrasos. Pesem várias interpelações da bancada do PS a solicitar justificações para os incumprimentos contratuais, as mesmas não haviam obtido resposta. Algumas destas obras estavam cabimentadas na sua plenitude, sendo que parte das verbas agora propostas a financiamento diziam respeito a exercícios já fechados e votados neste órgão, a exemplo da última Prestação de Contas em que parte destas obras já tinham verba gasta em dois mil e dezanove e tinha sido aprovada. Era muito importante que este Executivo, no próximo Orçamento, pudesse contemplar, de forma clara, onde e em que estas verbas já executadas, as adjudicadas e as cabimentadas em dois mil e vinte, iam ser aplicadas. Era necessário um plano próprio para este montante estar bem fundamentado, sob pena de ficarem na dúvida da engenharia financeira. Era muito dinheiro cujo financiamento tinha forçosamente que ser mais caro e ter outras fontes e poderia migrar para obras verdadeiramente estratégicas. Solicitou ao Presidente da Câmara esclarecimento relativo à divergência entre os valores previstos no Plano Plurianual de Investimento (PPI), para estes projetos, votado em junho, para algumas destas obras, e os valores finais aprovados para os referidos projetos, com cortes significativos nas verbas, subentendendo-se uma redução da intervenção prevista, como era exemplo a Escola Primária de Vila Verde. Neste caso, no PPI, previa-se um valor global de um milhão setecentos e noventa mil euros e a candidatura aprovada era de um milhão trezentos e quarenta mil euros. Também na requalificação do centro urbano de Vila Verde, da rua Luís Vaz de Camões e das ecovias existiam cortes a passar os cinquenta por cento face ao PPI. Quis saber se os cortes haviam sido efetuados pela entidade que analisava as candidaturas e os projetos aprovados ou se o projeto havia tido uma remodelação por iniciativa do Executivo e, em caso afirmativo, que alteração tão brusca justificava aquelas reduções. Reportando-se aos projetos e obras que mais investimento representaram nestes três quartos de mandato, deixou uma nota para o grande desequilíbrio entre o norte e o sul do concelho, o mesmo dizendo de Prado, dentro dos investimentos na margem sul. Esquecida por este Executivo no passado, só neste mandato, tinha, em investimentos executados, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

execução e aprovados, perto de cinco milhões de euros. O mesmo orador perguntou qual a razão desta mudança relativamente àquela freguesia, se a mesma se prendia com a cor política de quem a dirigia atualmente e se as últimas duas décadas haviam sido um período de retaliação às suas gentes pela cor política de quem as representava. Questionou ainda quanto mais não teria sido o turismo interno se se tivesse infraestruturas que cativassem as pessoas. Via o quanto haviam beneficiado os concelhos vizinhos, como Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Terras de Bouro, porque tinham focos de atração. Dois dos três troços da ecovia ali incluídos vinham com dez anos de atraso. O rio Homem já devia ter esta infraestrutura no seu curso pleno da margem de Vila Verde, não tendo toda ela de ter passadiços, bastando ter um percurso por onde se caminhasse em segurança, identificado e cuidado. Com isto e os trilhos do Vale do Homem, como deveriam ser, identificados e com manutenção, e o concelho de Vila Verde teria também sido beneficiado pela atual situação de aumento brutal da procura deste tipo de turismo. Havia-se investido num baloiço, bonito de se ver, com uma belíssima paisagem, mas tinha que se deixar o carro na beira da estrada para depois se ir a pé. Quando se ponderava um investimento, tinha também que se pensar na qualidade de quem lá ia. Quem ia ao Soajo tinha onde deixar o carro e, depois, caminhar até ao baloiço, o que não acontecia aqui, embora haja endereçado os parabéns à Junta de Freguesia que o tinha executado. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal referiu que uma coisa era a previsão do valor orçamental inicialmente efetuada e outra era o resultado final, após o processo de concurso. Assim, quando se elaborava o plano, tinha-se em linha de conta uma base estimativa. Reportando-se à requalificação da antiga escola primária de Vila Verde, já em curso, esclareceu que, efetivamente, a mesma estava prevista para um investimento de cerca de um milhão e setecentos mil euros, havia sido efetuado um procedimento de concurso na ordem do milhão e quatrocentos mil euros, sendo que o resultado final tinha sido uma adjudicação por um valor, aproximadamente, inferior em cerca de duzentos mil euros. O mercado havia, pois, funcionado num processo concursal muito transparente e aberto à concorrência. O mesmo acontecia com outros investimentos que estavam programados e constavam do documento em apreço. Conforme já havia esclarecido, quando se iniciava, como sucedera neste último caso, a taxa do financiamento não chegava a oitenta e cinco por cento, porque o envelope financeiro de que o Município de Vila Verde dispunha, em termos de fundos comunitários, não atingia aquele valor. Quando o envelope financeiro do PARU subiu, aquela dotação passou para oitenta e cinco por cento, situação que acontecera noutras obras, como as de saneamento que, numa fase inicial, haviam tido uma comparticipação de cinquenta e quatro por cento, mas, com o decréscimo dos valores dos concursos, a comparticipação passou para cerca de setenta por cento. O mesmo iria acontecer com as obras das escolas que o Município estava a executar em nome do Ministério da Educação, com um grande encargo para o orçamento municipal. Era para esses encargos, como para o da renovação do Centro de Saúde do Vade, a que o Estado não tinha dado resposta, que aquela parte do Município de Vila Verde era encaminhada, pois, só assim as obras eram feitas para benefício da população. O mesmo ia acontecer com a obra de remoção do amianto na Escola Básica de Moure, a exemplo de muitas outras sucessivas situações, designadamente o Centro de Saúde de Pico de Regalados que estava com uma taxa de cofinanciamento de perto de cinquenta por cento. Desta forma, a reabilitação deste equipamento de saúde ia orçar em cerca de setecentos mil euros, apenas estando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

previstos fundos comunitários no valor de pouco mais de trezentos e dez mil euros, ficando uma boa percentagem do custo da obra, que era da inteira responsabilidade do Estado, a ser suportada pelo Município, mas estava esperançado de que, com a reformulação dos fundos comunitários, a taxa de cofinanciamento sofresse um aumento, afigurando-se-lhe justo que tal acontecesse, porque outros municípios tinham financiamentos de oitenta e cinco por cento neste tipo de obras. Quanto à Vila de Prado, o Edil considerou que todas as oportunidades deviam ser aproveitadas, encaminhando os fundos comunitários para onde os mesmos podiam ir. Estava também contemplada uma obra de arranjo da envolvente ao pavilhão do Vade, assim como outras, em outras zonas do concelho, sendo certo que as mesmas estavam a decorrer em todas as áreas do concelho, estando em curso a reabilitação da estrada que ligava Barros a Pico de Regalados, assim como da que ia de Gondiaães a Godinhaços, passando por Travassós. Ia ainda ter início a requalificação da via entre Atães e Coucieiro. O investimento estava, por conseguinte, a ser distribuído por todo o território com vista à criação de âncoras. Uma vez que o orador do PS aludira aos trilhos, o Presidente da Câmara recordou que, nos investimentos em análise, constavam três ações relevantes a esse nível: a ponte pedonal sobre o rio Homem e os dois troços da ecovia. Estavam igualmente programados outros troços da ecovia e ainda os três trilhos de Aboim. Estava ainda elaborado um Plano de Trilhos Municipais que ia ser brevemente apresentado e faria, provavelmente, de Vila Verde o único concelho a ter um Plano Integrado de Trilhos Municipais. Este era um puzzle que se ia construindo e do qual estes quatro projetos já faziam parte. O mesmo incluía também a Lage e outros freguesias no percurso junto ao rio de Febros, assim como junto ao Poriço e ao Vade, entre outros, incluindo uma passagem pelo baloiço do Oural, para além de ligações aos rios Neiva, Homem e Cávado. A Vila de Prado estava a ter intervenções agora, porque era a oportunidade de realizar obras de requalificação urbanística dirigidas para certos contextos, havendo municípios que não estavam a conseguir os montantes previstos para reabilitação urbanística, porque as condições de acesso aos fundos eram muito específicas. O facto do Município de Vila Verde ter conseguido executar determinados fundos comunitários ajudou a que pudesse executar outros, além de que a Vila de Prado bem merecia esta oportunidade, tratando-se de obras que estavam projetadas e ainda bem que haviam sido realizadas. O planeamento dos projetos estava feito e o ideal era conseguir realizá-los na totalidade, mas os recursos eram limitados, impondo-se gerir a situação em função das oportunidades e propiciar uma uniformidade das intervenções no território. As medidas de combate ao isolamento eram uma realidade, de tal modo que, hoje, por exemplo, ninguém pagava mais de vinte euros por um passe social, quando, no ano transato, este valor podia ascender a cento e trinta euros, o que consubstanciava um grande benefício para as pessoas que viviam em zonas mais isoladas. Esta situação podia implicar um acréscimo, na habitual despesa do Município, de cerca de quinhentos mil euros, nos transportes, concorrendo, assim, para uma maior coesão territorial. -----

-----Carlos Araújo voltou a intervir para considerar que algumas das questões por si colocadas não haviam sido respondidas, nomeadamente a que se prendia com as verbas que tinham sido orçamentadas e votadas, haviam ido a concurso e tinham cabimentação orçamental, por conseguinte, havia verbas destinadas às mesmas. Neste momento, iam deixar de estar afetas a essas obras, ficando libertas para outras finalidades. Não podia vir com o Pico de Regalados, porquanto o que não fosse financiado pelo fundo ia ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

financiado pela linha BEI, mas tal não era uma solução para as verbas que ficavam livres, as quais mereciam um plano específico que devia se apresentado no próximo orçamento de Estado. Essa era uma das questões que não obtivera resposta. Quanto à primeira redução a que o Presidente da Câmara aludira, aceitava-a como válida, porquanto, quando levava a concurso, estabelecia um valor, havendo técnicos na Câmara que justificavam que não pudesse existir a passagem de uma ecovia de seiscentos para trezentos, pois era uma diferença muito grande que denunciava que a obra não havia sido bem projetada quando inserida no PPA. -----

-----O ponto 4.1. foi aprovado por unanimidade. -----

-----O Presidente da Mesa esclareceu que a Lei número 75/2013 previa que os membros do órgão deste Plenário pudessem endereçar à Mesa a inclusão de pontos, no período da ordem do dia, desde que respeitassem a tempestividade de cinco dias úteis de antecedência e que reportassem a matéria que estava inclusa no artigo 53.º da mesma Lei. O Deputado Samuel Estrada endereçara à Mesa a questão da análise de três assuntos. Esta situação era nova, saía do quadro normal do costume até à presente ata, contudo, parecia-lhe que, do ponto de vista prático, podia ter enquadramento, tendo acabado por proceder à respetiva introdução na ordem do dia. Assim, o ponto cinco passou a ser assuntos propostos pelos membros com assento no órgão deliberativo, nos termos da disciplina do artigo 53.º, número 1, alínea a) da Lei número 75/2013, de doze de setembro, conjugado com o Regimento desta Assembleia. O ponto cinco constante na ordem de trabalhos inicial havia, assim, passado a ponto seis, o ponto seis a ponto sete e o ponto sete a ponto oito. -----

-----No ponto 5.1. - análise das medidas adotadas e a adotar no combate à pandemia provocadas pelo novo *coronavírus sars cov 2* -, Joaquim Ribeiro, do PS, sustentou que a pandemia viera trazer alterações na vida de todos, com repercussões na saúde, na economia e em termos psicológicos. Afetos à distância, festas familiares canceladas e até interdição de ir a uma despedida com dignidade daquelas que haviam partido. Quando a pandemia chegou a Portugal, no dia dois de março, ninguém imaginava as mudanças que a mesma ia operar no quotidiano dos portugueses. Demorara vinte e um dias a chegar a este concelho. O clima de medo e apreensão tomara conta da população, dos executivos municipal e das freguesias, dos bombeiros, das autoridades, das IPSS e de todas as empresas que haviam visto o esforço de uma vida posto em causa com o confinamento. Os números foram controlados e, passo a passo, iniciara-se o desconfinamento. O comércio reabriria, a economia começara a ressurgir e assistira-se, por parte da Câmara Municipal, a um apoio ao comércio, com a distribuição de máscaras, viseiras e material desinfetante ao comércio de rua em Vila Verde e algumas outras freguesias do concelho. Havia sido anunciadas cinquenta mil máscaras para a população e a criação de uma linha de apoio psicológico para os Vilaverdenses. Medidas precisas, concretas, que todos reconheciam, mas queriam mais, porque Vila Verde, neste momento, necessitava, pois vivia-se uma situação delicada, um surto de covid-19 ativo que a todos preocupava, devendo-se unir esforços para o combater, estando a bancada do PS disponível para todas as decisões de apoio ao concelho, tendo o PS, no início da pandemia, apresentado algumas medidas concretas que ainda não haviam merecido a devida resposta por parte do Executivo. Este tema era muito delicado, gostariam de não o politizar, pedindo abertura e transparência ao Executivo. Nos canais oficiais da Câmara Municipal de Vila Verde não havia registo de informações sobre o número de casos ativos no concelho, deixando para a comunicação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

social o trabalho de casa, com indicações da autoridade de saúde local, assistindo-se a um ping-pong de informação que seria essencial para os Vilaverdenses saber através de fonte oficial e credível, o Município de Vila Verde, acerca do estado do concelho relativamente à covid-19. Como não podiam falar em números, apenas podiam dizer que, desde março, o concelho já havia registado trezentos e noventa casos, a única informação oficial que tinham da DGS, razão pela qual questionaram o Presidente da Câmara sobre o número de casos ativos existentes, neste momento, em Vila Verde; quais os membros da comissão criada e com que regularidade faziam o ponto de situação, neste concelho. A comunicação devia ser feita de forma oficializada, nos meios de comunicação do Município, evitando que os Vilaverdenses andassem mal informados e se vivesse num clima de incerteza e de medo. Quis saber se a climatização estava garantida em todas as escolas e se as crianças iam estar com as janelas abertas, no inverno, para haver circulação de ar. Esta era o momento de unir esforços, não se podendo fazer da pandemia uma montra de vaidade e de propaganda política. Exigiu que a Câmara Municipal fosse transparente com os números do concelho relativos à pandemia. Endereçou um abraço a todos os Vilaverdenses infetados pela covid-19, a todos os seus familiares e àqueles que haviam perdido um ente querido nesta altura de pandemia. -----

-----Susana Silva, do PSD, referiu que, quanto às questões da pandemia, já na reunião de vinte e sete de junho, tivera oportunidade de reconhecer o trabalho de todos aqueles que haviam contribuído e continuavam a contribuir para que tudo ficasse bem, desde profissionais de saúde, forças de segurança, profissionais dos lares, até aos municípios, juntas de freguesia e todos os que se envolviam no apoio aos cidadãos. Nesta mesma reunião, o Presidente da Câmara esclarecera o Plenário acerca de todas as medidas implementadas pelo Município. Ainda hoje, no ponto atinente à correspondência, o Presidente da Mesa aludira ao conjunto das medidas excecionais que haviam sido implementadas, naquilo que era a sua competência, para minimizar o impacto da pandemia e, ainda no dia anterior, no site do município, tivera oportunidade de atentar no conjunto de medidas que estavam a ser adotadas pelo Município. Em todo o caso, esta não era uma responsabilidade exclusiva do Município. A questão era demasiado complexa e séria para ser politizada, mas o trabalho das autoridades de saúde, do Governo e de cada um, de sensibilização e de adoção de práticas que pudessem ser protetoras para todos, era fundamental. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que este assunto suscitava grande preocupação, mas também merecia de todos a devida descrição. Afiançou que o Município estava em permanente contacto com a autoridade de saúde a quem competia gerir os dados e as situações deste jaez. Sublinhou que o Município tinha vindo a ser proativo, procurando, conjuntamente com as autoridades de saúde, encontrar soluções e colocar no terreno medidas em ordem a evitar a propagação da pandemia. Infelizmente, nem toda a gente tinha interpretado isto desta forma e, em alguns momentos, determinadas pessoas e até meios de comunicação social com responsabilidade local haviam procurado criar alarmismo, produzindo notícias com títulos pomposos. Não se podia alarmar aqueles que queriam visitar o concelho nem os órgãos de comunicação social locais, a quem competiria defender o concelho, deveriam colocá-lo mal perante o exterior. Os dados eram propriedade do Ministério da Saúde que, nesta fase, havia reduzido a informação, não apenas para o exterior, mas também para as próprias autarquias. A Câmara tinha acesso à informação, com alguma regularidade, mas não estava autorizada a divulgá-la,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

cumprindo esta função à autoridade de saúde, pelos meios próprios que o Governo autorizava. Até certa altura, tinham tido dados diários da evolução da situação, publicados pela Direção-Geral de Saúde, mas os mesmos, agora, só eram atualizados de oito em oito dias. Neste momento, não havia qualquer surto identificado no concelho de Vila Verde; havia casos no território, na comunidade, que também preocupavam a Câmara. Os casos identificados estavam a ser controlados pela autoridade de saúde, haviam sido feitos os isolamentos necessários. O número total de casos, até este dia registados, cifrava-se em trezentos e oitenta e sete. Os dados que a DGS divulgava nem sempre coincidiam com os que o Município obtinha da autoridade de saúde local e dos médicos de família. Neste dia, existiam sessenta e cinco casos ativos na comunidade e, desde o início da semana, existiam cerca de doze casos, encontrando-se em vigilância ativa cento e quinze casos. Estes números preocupavam, mas, tratando-se de casos que estavam a ser acompanhados, também concediam alguma tranquilidade, não tendo conhecimento de algum caso internado e ou que inspirasse grandes cuidados. Existiam dois casos num jardim-de-infância cujas turmas estavam em situação de isolamento, embora tratando-se de situações com origem familiar e não escolar. O Edil reconheceu a excelência do trabalho da autoridade de saúde, nestes casos; isolara os alunos e estava a realizar testes em todos os contactos e famílias, para descartar todas as possibilidades. O processo estava a decorrer com o devido acompanhamento e, dentro do funcionamento da rede escolar, não tinham surgido outros casos. Estavam também em curso visitas aos lares, em conjunto com a Segurança Social, a Proteção Civil e a Autoridade de Saúde, tratando-se de visitas pedagógicas de controlo e para o fornecimento de informação acerca das medidas e, em especial, do cumprimento do Plano de Contingência, visando ainda perceber se o mesmo estava a resultar. Até a este momento, não se conhecia qualquer caso de infeção nos lares, nem de utentes nem de funcionários, o que constituía motivo de tranquilidade, mas não de descanso, porquanto tinham que continuar a fazer o que estivesse ao alcance para que esta situação assim continuasse. O Presidente da Câmara enalteceu o esforço, a dedicação e o excelente trabalho que tinha vindo a ser feito por todos os profissionais dos lares, sacrificando muitas horas e muitos dias às suas famílias, havendo lares que já estavam outra vez a voltar às equipas espelho com grande sacrifício para as pessoas que ali trabalhavam, as quais eram, por conseguinte, merecedoras dos maiores elogios. Eram consabidas muitas outras medidas, desde apoios às várias atividades económicas, estando a ser apoiadas quatrocentas e setenta e duas famílias, mil trezentas e oitenta e cinco pessoas, acompanhamento que se fazia sentir também no âmbito da ação médica (emissão médica de mais de trezentas e sessenta receitas); havendo ainda disponibilidade para realizar testes, tendo já antes sido feito os mesmos a todos os funcionários das IPSS, num total de cerca de seis centenas, em alguns casos, mais do que uma vez, assim como haviam sido testados todos os idosos dos lares, o que talvez justificasse a situação de estabilidade atualmente existente, pois haviam sido despistados todos os casos. Este panorama exigia, no entanto, ainda maior empenho de todos e de cada um, nas suas famílias e na informação para os outros. O processo ia continuar a ser acompanhado com o máximo de rigor e, em qualquer situação de emergência e outras, sem vaidades, com a maior discrição, iam prosseguir com um acompanhamento de elevada proximidade e com a maior seriedade. Os Presidentes de Junta tinham sido parceiros essenciais neste processo, sobretudo no que concernia ao apoio às famílias. Ademais, o Município havia adquirido elevadas quantidades de máscaras sociais que tinham sido distribuídas, nem todas porta a porta,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

embora em nada esta distribuição o chocasse, bem pelo contrário; assim como haviam sido feitas distribuições de equipamentos de proteção individual nas instituições sociais e nos centros de saúde, sendo que estes não poderiam ter arrancado com um serviço ao nível do que se tinha verificado se o Município de Vila Verde não tivesse antecipado a situação, adquirindo equipamentos de proteção individual para distribuir por todas as instituições de saúde. Estavam, assim, de consciência tranquila, esperando que todos partilhassem do espírito apologizado pelo deputado do PS, no sentido de concorrerem para minimizar os efeitos da pandemia, sem prejudicar a projeção do concelho no exterior, mas também sem deixarem de alertar as pessoas para as regras básicas que tinham que cumprir. Os diretores e todos os profissionais das escolas haviam igualmente feito um excelente trabalho de planificação, razão pela qual tudo estava, para já, a correr bem em contexto escolar. -----

-----No ponto 5.2. – análise do serviço municipal de abastecimento de água durante o ano corrente – Samuel Estrada referiu que, relativamente à ordem de trabalhos apresentada pelo PS, haviam sido concedidos três minutos para apresentação e quase quinze minutos ao Presidente da Câmara. Assim, não sendo isto uma ditadura, a democracia tinha que se efetivar de uma forma mais igualitária. Sustentou também que, ano após ano, Verão após Verão, a escassez de água nas torneiras dos Vilaverdenses tinha sido uma tradição, sucedendo, desde dois mil e dezassete, com frequência, nas mesmas localidades. Perante esta situação, o Município revelava uma inércia que não se percebia e condenava os Vilaverdenses, famílias e empresas a uma situação de indignidade e, muitas vezes, de desespero que não era suportável. O Município limitava-se agora a inventar desculpas e culpados, culpando, no último ano, os Vilaverdenses, acusando-os de falta de civismo, remetendo para a existência de excesso de consumo. Antes de apontar o dedo aos Vilaverdenses, o Presidente da Câmara deveria resolver o problema, o qual era conhecido, estava documentado, os números atestavam-no e o Edil nada fazia, apesar de o mesmo ser antigo. Existia um documento estratégico com cerca de dez anos, encomendado pelo Município, que gostariam de solicitar para o conhecer, mas até hoje, nem as recomendações do próprio gabinete de controlo da água eram acatadas. Segundo os dados oficiais, no final de dois mil e dezanove, o Município de Vila Verde tinha quinze mil oitocentos e sessenta e nove consumidores domésticos; segundo os dados da Prodata, em dois mil e dezoito, a população concelhia era de quarenta e seis mil novecentos e nove habitantes e o número de alojamentos familiares clássicos cifrava-se em vinte e três mil seiscentos e oitenta e cinco, correspondendo a um valor médio de dois habitantes por fogo. Considerando o número de contratos e o número médio por fogo, conclui-se que a população média servida pela entidade gestora rondava trinta e um mil setecentos e trinta e oito habitantes, o que correspondia a apenas sessenta e sete por cento da população, muito longe dos noventa e cinco por cento impostos pela União Europeia e por este país, revelando uma deficiência no serviço público de abastecimento de água, somando-se cerca de trinta por cento de perdas entre o caudal e a faturação documentadas nos relatórios municipais, para as quais o mesmo orador pediu explicações. Perguntou como era possível que o Município ainda não tivesse o controlo da água consumida pelos serviços públicos, não sabia sequer qual a água utilizada pelos bombeiros, levantando-se ainda a questão de saber como, num concelho percorrido por quatro rios, portanto com uma abundância hídrica considerável, também com imensos percursos de ribeiras, com fontes e nascentes abundantes, havendo a norte muita água, ao cabo de vinte e quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

anos, o Presidente da Câmara ainda não havia encontrado outra alternativa para a utilização da água de combate aos incêndios florestais, condenando os Vilaverdenses, ano após ano, a este sufoco. Problema que, este ano, o Edil confirmava ao dizer que, para a falta de água, em muito haviam concorrido os incêndios florestais. Perguntou se só agora o Edil se tinha lembrado dos incêndios e da escassez de água no Verão, que investimentos havia feito na rede e que medidas havia tomado para acautelar este concurso para a água potável. Questionou ainda se lhe parecia que a água tratada fosse utilizada para o combate aos incêndios, quando haviam alternativas, sendo que as boas práticas aconselhavam que a água dos pontos de recolha fosse apenas utilizada no tocante aos incêndios urbanos e não nos incêndios florestais. Mais perguntou qual era a capacidade instalada no concelho em matéria de abastecimento de água; qual o investimento necessário para garantir as metas impostas pela União Europeia; se o Executivo estava a preparar-se para concessionar ou vender a privados. Quis saber se o Presidente podia ali garantir que não ia vender ou se se estaria a assistir ao que havia acontecido com o serviço da Escola Profissional, emagrecendo para vender mais barato. Este era um bom barómetro para medir a pegada de vinte e quatro anos de governo do PSD neste concelho, tendo sido criado um Município gigante para as coisas pequenas e um Município anão para as coisas grandes. Gigante para os negócios, como o da Escola Profissional, a Casa do Conhecimento e o IEMinho, onde o Presidente da Edilidade ainda estava disposto a gastar setecentos e cinquenta mil euros, sem saber porquê, assim como para a Provilaverde e outras coisas que não se explicavam e para os negócios da Escola Amar Terra Verde que ainda hoje não se sabiam, mas pequeno para os grandes anseios dos Vilaverdenses. Era tempo de projetar o olhar político para além do umbigo. Os Vilaverdenses, antes de serem eleitores, eram cidadãos que mereciam o respeito dos eleitos.-----

-----Susana Silva defendeu que um dos pilares do desenvolvimento sustentável do território concelhio residia na garantia do acesso das famílias a um serviço de abastecimento de água eficaz e eficiente, que salvaguardasse a qualidade ambiental, mas também proporcionasse bem-estar e qualidade de vida aos Vilaverdenses. Este era, sempre tinha sido o propósito do PSD e do Município e nunca haviam tido a presunção de dizer que não haveria oportunidade para melhorar e para fazer mais. Referiu que morava no concelho de Vila Verde desde que nascera e, certamente, tinha sorte, pois, na sua casa, nunca havia faltado água. Dizer que este era um problema de todos os Vilaverdenses era extrapolar esta realidade, ainda que se estivesse a falar de um bem essencial e se, na casa de um Vilaverdense, não houvesse água durante um dia ou uma semana, isto devia ser motivo de preocupação. Não se podia generalizar e embandeirar em arco como se, em Vila Verde, tudo estivesse mal, não houvesse água ou fosse um concelho subdesenvolvido. Não era verdade dizer-se que a culpa era dos Vilaverdenses. Se o Município tinha muita oportunidade para melhorar, também era verdade que todos, nas suas casas, podiam melhorar no tocante à quantidade de água que desperdiçavam. Serem cidadãos mais responsáveis e participativos, no consumo da água, que era um bem escasso e que, muito provavelmente, ia ser um enorme problema. Nos últimos anos, no Município, o número de consumidores de água tinha sofrido um acréscimo e o Município tinha apostado no alargamento e na melhoria do abastecimento de água e este era um caminho que ia sendo feito. Seria improvável que o Presidente dissesse que ia resolver o problema até ao final do ano, porque tal não era exequível. Pensou que a bancada do PS ia falar num problema concreto que havia ocorrido no corrente ano, pois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

tinham surgido problemas pontuais, mas tal não legitimava a generalização da situação a todo o concelho, nem a todo o ano. Assim, perguntou ao Presidente da Câmara onde havia faltado a água, se tinha sido problemas localizados ou se os mesmos se haviam estendido a todo o concelho, durante quanto tempo a falha no abastecimento de água havia acontecido e quais os motivos da mesma. Títulos bombásticos, à medida de determinado tipo de posturas e de comunicação social, em nada informavam as pessoas e não eram benéficos para Vila Verde nem para os Vilaverdenses. -----
-----O Presidente da Câmara Municipal sustentou que Samuel Estrada havia feito um exercício de retórica que, pelo menos, lhe abria a possibilidade de esclarecer o assunto. Tratou-se de um discurso inflamado, mas todos perceberam onde o Deputado Municipal do PS queria chegar. O Edil referiu que estava habituado e gostava daquilo que sempre fizera e que se tratava de dizer bem de Vila Verde e falar de Vila Verde pela positiva, já o Deputado do PS e outros, sempre faziam o contrário, procurando falar de Vila Verde pela forma mais negativa possível. O Edil reiterou aquilo que já repetidas vezes dissera em sede de plenário, no sentido de que nunca estivera disponível para concessionar ou vender o sistema de abastecimento de água do Município, razão pela qual estavam a investir no mesmo. Não tinha sido por falta de pressão dos governos, quer do PSD quer do PS, porque o alinhamento destes sempre havia sido em ordem à concessão às empresas constituídas pelo próprio Estado e que cobravam aos utentes praticamente o dobro daquilo que cobrava o sistema municipal de Vila Verde; por isso é que o Presidente da Câmara nunca aceitaria fazer parte de um sistema que fosse penalizar os Vilaverdenses dessa forma. Não estavam a desinvestir no sistema de abastecimento de água, ao invés, estavam a reforçar o investimento, além de que os dados estatísticos publicados nem sempre correspondiam à verdade. Os dados publicados eram apenas uma parte da verdade. Quando Samuel Estrada referia que Vila Verde tinha apenas sessenta por cento de taxa de cobertura de abastecimento de água, essa era, claramente uma mentira, porque Vila Verde tinha mais de noventa por cento de água ao domicílio. Tinha cerca de dezasseis mil consumidores, conforme constava no relatório da Prestação de Contas, mas não estavam registados os consumidores das freguesias de toda a parte alta do concelho que não possuíam contadores, mas tinham, neste momento, água em casa, a título gratuito, não estando contabilizados, no sistema do Município. Assim, existindo cerca de vinte e dois mil fogos, considerando que muitos estavam desabitados e outros sem condições de habitabilidade e tendo em linha de conta que existiam cerca de dezasseis mil consumidores, acrescentando os das freguesias que não tinham contadores e não estavam contabilizados como dispo de ligação de água ao domicílio, estava-se a falar de uma taxa de cobertura que andaria acima dos noventa por cento. O mesmo Edil sustentou que as perdas de água na ordem dos vinte e oito por cento faziam do sistema de Vila Verde um dos mais eficazes do país. O orador do PS deveria perceber, se lesse os dados relativos a outros concelhos, que havia municípios com perdas de água acima dos quarenta por cento e que poucos sistemas tinham perdas abaixo das do sistema de Vila Verde. Era ainda necessário saber o que efetivamente era contabilizado como perda de água e talvez o Deputado do PS não tivesse feito esse exercício. Assim, por exemplo, a própria água que era utilizada pelos Bombeiros nas bocas de incêndio era considerada uma perda porque não era contabilizada nos contadores. Não se criava um sistema para o abastecimento dos Bombeiros, mesmo não faltando lugares para o efeito, porque os Bombeiros apenas abasteciam os camiões com água potável, sob pena de, a seguir, terem que desinfetar os depósitos para, só depois,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

poderem reabastecer. Mesmo os autotanques vindos do exterior não o faziam de outra forma. Os Bombeiros Voluntários de Vila Verde já tinham dois autotanques e, mesmo assim, apenas aceitavam abastecê-los com água potável. Uma rutura de uma conduta representava uma perda, sendo que um dos momentos em que a água havia faltado dois dias, na zona norte do concelho, resultara de uma fuga, em Coucieiro, que, nessa noite, consumira todas as reservas do depósito que se encontrava em Pico de Regalados, com uma capacidade de setecentos metros cúbicos. As perdas prendiam-se, pois, muitas vezes, com situações não passíveis de serem controladas, como as ruturas na rede e os incêndios, e eram ainda picos de consumo que aconteciam num determinado momento. O Edil considerou que Samuel Estrada não vira bem os dados, não sabendo como conseguira perceber que, em dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, tinham havido falhas de água. Estava redondamente enganado, sendo que, nestes últimos dois anos, Vila Verde teria sido o concelho que, por ventura, no país, tinha menos falhas de água contabilizadas nos seus sistemas, não se tendo praticamente registado restrições no consumo de água, assim como não tinham havido quaisquer restrições a partir do momento em que se havia conseguido recuperar as referidas reservas. Os consumos médios das pessoas tinham aumentado muito, este ano, e, apesar de tudo, a partir de cerca de meados de julho, altura que que tinham sido repostas as reservas, apenas tinham existido situações muito pontuais de falha de água, como acontecera esta semana, em Godinhaços, em virtude de uma nascente que secara, estando-se agora à procura de outra nascente ou poderiam ainda optar pela realização de um furo, mas estas situações eram imprevisíveis, estando, provisoriamente, o abastecimento a ser feito com recurso a um autotanque. O sistema de gestão da água era complexo, mas estava controlado e, contrariamente ao que afirmara o Deputado socialista e conforme explicação que o Edil já havia dado em sede de Plenário, o que revelava que o mesmo orador do PS andava distraído, o Município utilizava um sistema de telegestão de água que fornecia informação rigorosa acerca do ponto da situação. Até este ano contemplava apenas um conjunto de depósitos estratégicos, mas, na sequência de candidatura de junho de dois mil e dezanove, a fundos comunitários, estavam a ser instalados caudalímetros, que também transmitiam dados, em todos os reservatórios; já tinham sido adquiridos equipamentos de deteção de fugas e de videoscopia para deteção de fugas e de fraudes. Estes investimentos iam permitir uma ainda maior eficácia, tanto nas perdas como nos consumos por zonas do concelho, associados a cada um dos reservatórios, pois a água da rede devia ser destinada a necessidades humanas e não no enchimento de piscinas ou nas regas de jardins. O que estava a acontecer era que o Município de Vila Verde, e bem, tinha muitas habitações unifamiliares com jardins e com piscinas, verificando-se que a substituição da água dessas piscinas estava a ter lugar em maio e junho, sendo que, no corrente ano, devido à pandemia, havia aumentado a aquisição de piscinas portáteis, em lona, que careciam de regular mudança da água, o que gerara maior consumo da mesma. Tranquilizou Susana Silva revelando que estavam a ser feitos investimentos para aumentar os caudais de água e referiu que, contrariamente ao que afirmou Samuel Estrada, sabiam exatamente quais os caudais de água que saíam dos sistemas e quais os que entravam nas casas das pessoas. Se Samuel Estrada pretendesse, no final da reunião, através do telemóvel, o Presidente da Câmara mostrava-lhe todos esses dados, pois tinha acesso aos mesmos, em cada momento, às reservas de cada um dos depósitos e aos consumos. Nas zonas altas, não deixando de haver abastecimento de água, existia sempre uma pressão inferior, não se podendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

esquecer que o povoamento era disperso, havia casas com cotas muito elevadas e, em situações de quebra nos depósitos, podia diminuir a pressão. Estavam já a acertar com as Juntas de Freguesia, nos sistemas com falhas de água, onde não havia contadores, a criação de sistemas de reserva, com contadores, para obviar a este problema. Além disso, a água era de excelente qualidade para consumo humano, tendo sido considerada a melhor do país, em dois mil e dez, porque não incluía análises nos pequenos sistemas, mas, depois, quando passou a incluí-los e não sendo possível controlá-los, as análises haviam continuado a revelar elevada qualidade, mas os parâmetros, devido a esses pequenos sistemas, tinham baixado ligeiramente. -----

-----No ponto 5.3. - análise do serviço de recolha de sólidos urbanos durante o Verão do ano corrente -, Samuel Estrada referiu que o problema era recorrente e que, conforme era reconhecido, no Verão, se assistia a um aumento exponencial da produção de lixo, mas, tendo sido concessionado o serviço de recolha, o Presidente da Câmara não tinha alienado a sua função de fiscalização e de controlo do mesmo e era aí que o seu Executivo pecava. Considerou que o civismo era uma obrigação de todos enquanto cidadãos, mas, antes de acusarem os cidadãos, tinham que ver se faziam a sua parte. O contrato previa medidas para a consciencialização dos cidadãos, dispondo a clausula onze que o prestador de serviços deveria organizar campanhas de sensibilização e informação com periodicidade anual, nomeadamente ações dirigidas à comunidade estudantil, cujo plano ficaria sujeito à aprovação da Câmara, com os custos ao encargo de empresa. Desconhecia-se a realização de qualquer campanha. A certa altura, o Presidente da Câmara referira a existência da campanha Escola Mais Verde, mas, de acordo com o site do Município, este era um programa da Vereadora sem participação desta identidade. Assim, não sentira ainda a existência efetiva de qualquer campanha promovida e custeada pela mesma entidade. O prestador do serviço devia também aumentar as rotas em função das necessidades, o que o levava a perguntar porque não se verificava um aumento das rotas proporcional ao crescimento exponencial do lixo no período de Verão, o que evitaria o caos e a triste figura em que então se encontravam os pontos de recolha de lixo. Era urgente ampliar os pontos de recolha, pois continuavam a existir Vilaverdenses que tinham que percorrer centenas de metros, em alguns casos até mais de um quilómetro, para colocar o lixo, mesmo vivendo em locais com estradas que permitiam a passagens dos camiões de recolha.-----

-----Susana Silva defendeu que, se se analisar a evolução dos dados dos últimos anos relativos à produção e recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), nomeadamente o relatório aprovado na reunião de junho, podendo até o Presidente da Câmara ter dados mais atualizados, atendendo ao período de confinamento e ao provável consequente aumento da produção de RSU, tinha havido um significativo aumento dos mesmo. Este assunto devia ser de elevada preocupação, porque, se era verdade que, ainda bem que o mesmo era recolhido, também se revelava preocupante a quantidade de resíduos que continuava a ser produzida, quer pelos respetivos custos económicos, quer, principalmente, pelos custos ambientais que desta situação podiam resultar. O aumento era mais significativo no tocante aos resíduos indiferenciados, o que entroncava com a já aludida necessidade de maior civismo e de maior aposta na educação ambiental. As escolas de Vila Verde tinham feito um enorme trabalho ao nível da sensibilização ambiental e muito daquilo que era o resultado da reciclagem ficava a dever-se ao trabalho e ao mérito das escolas, porque muitos começaram a fazer reciclagem em casa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

porque haviam aprendido na escola ou porque os seus filhos os haviam obrigado a fazê-lo, mas havia ainda um longo caminho a percorrer. Concordava com o reforço do serviço no Verão, mas o modelo de recolha diária, porta a porta, que existira há muitos anos, não era o mais indicado, as pessoas tinham que ser sensibilizadas para o problema. Gostava que Vila Verde tivesse um modelo como o dos países do centro da Europa, em que a produção de lixo reciclável era muito mais elevada e a de lixo indiferenciado era residual. Passeava-se em qualquer cidade da Suíça ou da Áustria e não se via lixo em lado nenhum. A mesma oradora perguntou quantas das fotografias que se viam nas redes sociais eram efetivamente verídicas, se não haviam sido tiradas há alguns anos e quando havia passado o camião de lixo naquele local. Referiu que morava num local em que, muitas vezes, uma hora depois da passagem do camião de recolha, o caixote de lixo estava cheio, mas toda a gente sabia quais eram os dias e quais os horários de colocação do lixo. Também não percebia qual era o objetivo da pessoa que tirava as fotos e as colocava numa qualquer rede social, nem se a mesma havia tomado mais alguma atitude, se havia, por exemplo, sensibilizado o Município para o problema. Havia sempre margem para melhorar, mas a mesma era de todos os lados, concordando que até os membros da Assembleia Municipal deveriam começar a sensibilizar-se e a sensibilizar mais as populações para a necessidade de reduzir a quantidade de lixo que produziam e de aumentar a quantidade de lixo reciclável. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o lixo doméstico e o lixo reciclável correspondiam a dois sistemas diferentes. O primeiro era recolhido pelo Município de Vila Verde através de uma empresa a quem havia atribuído o serviço, enquanto o segundo era recolhido pela Braval e aquilo que muitas vezes via publicitado, por vezes até expondo locais que nem pertenciam ao concelho de Vila Verde, eram pontos de recolha de lixo que devia ser recolhido para reciclar, que estavam junto a um ecoponto de lixo reciclável que não tinha que ser, nem podia ser, recolhido pelo sistema de recolha normal de RSU, o que fazia toda a diferença. Quando se publicitava uma fotografia com lixo no exterior dos ecopontos, tinha que se atribuir essa responsabilidade à Braval e não vir atribuir a responsabilidade ao Município de Vila Verde, dizendo que atribuiu o serviço de recolha por cinco milhões de euros, esquecendo-se também de dizer que esse montante se referia a dez anos e apenas para o lixo doméstico. Este montante correspondia, pois, a uma fatura muito curta, tendo em linha de conta a quantidade de lixo produzida e que tinha vindo a aumentar ao longo dos anos. O gráfico sempre disponibilizado no relatório de Prestação de Contas ilustrava que, quando o serviço tinha sido concessionado, a quantidade de lixo recolhida andava perto das onze mil toneladas. No ano de dois mil e dezanove, aproximara-se das treze mil e quinhentas toneladas e, em dois mil e vinte, até agosto, havia já ultrapassando as nove mil toneladas, tudo indicando que, até ao fim do ano, iam ser atingidas mais de catorze mil toneladas. A população do concelho revelava-se estável, perto dos quarenta e oito mil habitantes, mas, os mesmos quarenta e oito mil habitantes, em dois mil e catorze, dois mil e quinze, produziam cerca de onze mil toneladas de lixo por ano, em dois mil e catorze haviam chegado a produzir catorze mil toneladas. Este era um sinal de que algo não estava bem e de que era necessário fazer ainda mais em termos de sensibilização, a qual tinha sido feita nas escolas. O Presidente da Junta podia testemunhar a realização de uma ação de sensibilização, no Vade, realizada pela Braval, em contexto escolar. Este ano, havia sido enviada para todas as caixas de correio, embora alguns deputados, porque não habitavam em Vila Verde, a não tivessem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

recebido, uma brochura onde se explicava todo o processo. Só este ano, a recolha de monstros já ia em setenta e duas toneladas, o que representava um aumento para mais do dobro do sucedido nos anos precedentes. Ainda bem que as pessoas estavam a recorrer a este serviço, que era gratuito, mas tal significava também que a empresa estava a fazer o seu trabalho; mesmo assim, continuava-se a ver colchões, sofás, frigoríficos e televisões em locais onde não deveriam estar. Tinha, pois, que haver mais sensibilização e que se passar a mensagem de outra forma, não se podia era dizer que o sistema não funcionava, sem prejuízo de se pensar que havia sempre aspetos a melhorar. A recolha de resíduos recicláveis havia aumentado muito menos do que a de RSU e estava calculado que, sessenta por cento dos materiais que eram recolhidos no âmbito dos RSU eram recicláveis, existindo, pois, uma grande margem e oportunidade para se reduzir as quantidades de RSU e de aumentar as quantidades de resíduos recicláveis. O número de descargas na Braval havia aumentado consideravelmente: cento e dezanove descargas no mês de julho e cento e trinta e quatro em agosto. Este serviço era pago e, no corrente ano, o Governo havia criado uma taxa sobre os resíduos, assim como havia aumentado a taxa sobre os recursos hídricos, e quem ia suportar essa taxa era o Município de Vila Verde, porque, no próximo ano, não ia aumentar nem o valor relativo aos resíduos nem o que se prendia com a água, assim como não ia fazer refletir na fatura essa taxa aumentada pelo Governo e que, assim, se ia converter em mais uma despesa para o Município. Impunha-se, por conseguinte, uma reflexão sobre a origem do problema e encontrar soluções para o mesmo. Era este trabalho que o Edil pretendia que fizessem consigo. No dia anterior, à noite, havia tirado uma foto a um contentor de lixo doméstico, no centro de Vila Verde, com uma enorme quantidade de cartão à sua volta e no interior. Além de intensificar a sensibilização, ia, provavelmente, tornar-se necessário aplicar coimas aos prevaricadores. Revelou-se ainda disponível para discutir estratégias de melhoria da recolha, mas ninguém tinha que andar um quilómetro para colocar o lixo num ponto de recolha, porque continuava a existir o serviço de recolha porta a porta, a não ser alguma eventual situação de habitação em local isolado, e os contentores estavam a menos de duzentos metros das casas. Tinha que se pugnar por uma boa utilização dos equipamentos e do sistema de recolha. Porque o lixo não tinha cor política, contava que todos contribuíssem para resolver este problema.-----

-----No ponto 6. - apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira - não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

-----No ponto 7.- período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias -, o Presidente da Junta da União de Freguesias do Vade, Carlos Cação, interveio para referir que, felizmente, estava a chagar à zona norte do concelho e à União de Freguesias do Vade a fibra ótica, congratulou-se com o facto, mas lamentou que apenas chegasse a uma das cinco freguesias: Atães. Assim, solicitou ao Presidente da Câmara que intercedesse junto da empresa que estava neste momento a executar a obra e a instalar a fibra no sentido de que esta a alargasse também essa infraestrutura a Covas, Valões, Codeceda e Penascals. Estas freguesias tinham pessoas em teletrabalho e jovens na universidade que deparavam constantemente com problemas, tendo que se deslocar para outros locais no sentido de carregar os seus trabalhos para a universidade, do mesmo modo que as pessoas em teletrabalho enfrentavam grandes dificuldades na realização dos seus trabalhos nas plataformas. Era importante que estas freguesias não morressem na praia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

até porque, mais adiante, no concelho da Ponde da Barca, já existiam freguesias com fibra ótica. Mais revelou que, no início de novembro, a extensão de saúde ia estar a funcionar em pleno, com instalações renovadas e os profissionais de saúde, auxiliares e administrativos iam poder ali trabalhar, com condições dignas e de qualidade. Agradeceu o esforço da Câmara Municipal na concretização desta obra completamente financiada pela Edilidade, mesmo sabendo-se que a mesma era da responsabilidade do Estado. -----

-----No ponto oito – período de intervenção aberto ao público – não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

-----A minuta da ata da reunião de trinta de setembro de dois mil e vinte foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e um, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. -----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou presente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.--

-----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte.-----

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário
